

EUA criticam legislação no Brasil

USTR reclama de ações insuficientes e mantém país em observação

José Meirelles Passos

Correspondente

● WASHINGTON e BRASÍLIA. O governo dos Estados Unidos informou ontem que está satisfeito com o fato de o Brasil vir combatendo a pirataria com mais rigor. Mas deixou claro que as iniciativas adotadas até o momento são insuficientes para livrar o país do risco de sanções comerciais — ou, no mínimo, de intensas pressões. Tio Sam reconhece que o Brasil tem agido com mais eficiência na apreensão de bens piratas e na detenção de fraudadores. Mas diz que o governo tem falhado na hora de levar os responsáveis à Justiça.

“Apesar das melhorias, ainda existem altos níveis de pirataria e falsificação, e os indiciamentos criminais permanecem mínimos”, diz o informe do Escritório de Comércio da Casa Branca (USTR, na sigla em inglês).

Por isso, o Brasil permanecerá na Lista de Observação Prioritária do USTR, com outros 12 países. O documento não menciona cifras, mas, segundo uma estimativa divulgada há um mês pelo próprio USTR, as empresas americanas tiveram um prejuízo de US\$ 858,5 milhões em

2005 no Brasil devido à pirataria.

A notícia surpreendeu o governo brasileiro e irritou o embaixador do Brasil nos EUA, Roberto Abdenur.

— Estou particularmente incomodado com essa decisão, que considero absolutamente injustificada, desprovida de fundamento, injusta, incoerente e inoportuna. Meses atrás o USTR reconheceu o progresso de nossos esforços no combate à pirataria. E agora toma uma decisão que não está em conformidade com o espírito de nossas relações bilaterais — disse o diplomata.

Itamaraty deplora decisão do governo americano

Abdenur lembrou que em 2005 as apreensões de produtos piratas no Brasil cresceram 32%. E disse que os EUA hoje recebem do país pouco mais de US\$ 1 bilhão ao ano por direitos de propriedade intelectual, “dez vezes mais do que recebiam há alguns anos”. Para o diplomata, isso cria uma imagem do Brasil que não corresponde à realidade.

— Como um dos líderes mundiais em inovação, os Estados Unidos dão uma ênfase significativa à proteção da propriedade intelectual e ao cum-

primento das leis — disse o chefe do USTR, Rob Portman.

Em Brasília, o Itamaraty afirmou que “deplora a decisão” do USTR. A principal razão para a perplexidade do governo é que, em janeiro, os EUA encerraram o processo administrativo que ameaçava retirar os benefícios tarifários concedidos ao Brasil, no âmbito do Sistema Geral de Preferências (SGP) — o que elevaria as tarifas de importação dos produtos brasileiros. Como esse arquivamento se deveu ao avanço no combate à pirataria, o Brasil esperava ser retirado da lista.

“(Essa decisão) não se coaduna com o diálogo bilateral positivo entre os dois países em matéria de propriedade intelectual, em nível político e técnico”, diz a nota do Ministério das Relações Exteriores.

O informe do USTR cita 48 países. China e Rússia encabeçam a Lista de Observação Prioritária, considerada a mais grave. Há 34 países na Lista de Observação e um, o Paraguai, na de Monitoração. O Brasil também ficará sob vigilância por suspeita de roubo de patentes farmacêuticas. ■

COLABOROU Eliane Oliveira